

Um novo momento para a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia

Adalberto Luís Val
Representante da área de Ciências Biológicas I, Capes/MEC

Jorge de Almeida Guimarães
Presidente da Capes/MEC

A Amazônia é uma extensa área continental que contém um conjunto singular de paisagens que se espalha por toda a América do Sul setentrional. O Brasil detém a maior parte desse bioma continental, cerca de 4,2 milhões de quilômetros quadrados, o que perfaz 60% de nosso território. O processo de formação geológica da Amazônia resultou em condições ambientais complexas que produziram e possibilitam a co-existência de uma flora e uma fauna biodiversa, ainda não dimensionada, sem paralelo no planeta. Esta fauna e esta flora, que não são contínuas, interagem com uma extensa rede de drenagem, diversa por si também, que contribui por meio do Rio Amazonas com cerca de 20% de toda a água doce que entra nos Oceanos do mundo. Esta riqueza, a água, que tem despertado interesses multinacionais em função de sua crescente escassez, é pouco estudada na região. Da mesma forma, o subsolo que esconde outra riqueza, minérios e microorganismos de todos os tipos, é pouco conhecido.

Essa diversidade não está restrita ao ambiente, à fauna e à flora. Na Amazônia vivem cerca de 180 povos indígenas, algumas centenas de quilombolas e um sem número de comunidades de ribeirinhos que atuam em diversos setores da economia regional. Os povos indígenas são remanescentes de populações que, por ocasião da Conquista, incluía entre 3 e 5 milhões de pessoas. Não sabemos com segurança como se deu essa evolução desde a Conquista, em 1500, até esse momento. Faltam estudos. Contudo, a pressão advinda após o rompimento da linha de Tordesilhas parece ter sido o elemento principal. No bojo desse rompimento, consolidou-se a divisão canônica Norte-Sul, representada principalmente pelo distanciamento do Estado na região.

Hoje isto toma feições complexas, posto que os cerca de 20 milhões de brasileiros que vivem na região e produzem perto de 10% da riqueza do país demandam um conjunto de informações, políticas e infra-estrutura que não podem simplesmente ser importados das regiões mais desenvolvidas do país nem muito menos do exterior. Precisam ser produzidos, respeitando-

se as características próprias da região. Para enfrentar estes desafios, existem na Amazônia pouco mais de mil doutores, sendo que uma boa parte deles está envolvida com atividades que os afastam dos laboratórios de pesquisa. Atrair e fixar doutores na Amazônia é um dos desafios presentes. Como o exercício da atividade de pesquisa requer interação com os pares, o reduzido número de pesquisadores por área do conhecimento é outro fator que ajuda a não gerar atrativos para a fixação de pessoal na região.

A falta de pessoal qualificado na Amazônia além de não permitir o atendimento dessa lícita demanda, torna-a vulnerável às pressões internacionais de todas as ordens. Na última década, por exemplo, contaram-se mais de uma centena de expedições estrangeiras para a região amazônica. Da mesma forma, a falta de pessoal qualificado não permite sequer a apropriação da informação que é produzida acerca da Amazônia em outros países que, ressalte-se, não é desprezível. Uma rápida visita ao Portal de Periódicos da Capes revelou que cerca de 2/3 dos trabalhos publicados sobre a Amazônia em 2004 não tinha autores brasileiros.

A situação é complexa com matizes diversos para a qual não há uma solução milagrosa e única. E por isso, a região foi colocada à margem do planejamento e do desenvolvimento nacional durante muito tempo quer seja pela falta de coragem para enfrentar o problema quer seja pelo volume de recursos necessários até para uma abordagem mais superficial. Hoje, entretanto, a convergência de entendimentos, a disponibilidade de instrumentos antes inexistentes e a coragem de intervir por meio da segurança que proporciona a Ciência constituem um cenário que permite um novo e promissor momento para a pesquisa e a pós-graduação na Amazônia. É nesse cenário que se inserem ações como a implantação de novos programas de pós-graduação em diferentes instituições da região, o estímulo à solidariedade entre os programas de pós-graduação excelentes do país e os programas emergentes, as ações no âmbito dos fundos setoriais, o programa Acelera Amazônia que prevê um fundo para apoio à mobilidade de pessoal, a disposição de vários atores em defender a fixação de recursos humanos na Amazônia, a instalação e as atividades positivas de várias FAPs na região Norte, entre outras.

Até pouco tempo a formação em nível de pós-graduação estava restrita às cidades de Belém e Manaus; apenas na Universidade Federal do Pará e no Inpa havia programas de doutorado e, mesmo assim, em número reduzido, muito aquém da demanda. Até fins de 2002, após quatro versões do Projeto Norte de Pós-graduação, que se ressalte deu novo fôlego à formação pós-graduada, havia apenas cerca de 70 cursos, dos quais apenas 15 em nível de

doutorado, distribuídos em três instituições da região: UFPA, Inpa e UFAM. Fora do eixo Manaus-Belém, apenas a UFMT, a UNIR e a UFAC mantinham atividades de capacitação nesse nível, atividades essas concentradas majoritariamente no nível de mestrado. As demais IES não possuíam atividade alguma em nível de pós-graduação. Esse conjunto de programas representa uma pequena parcela dos 2849 cursos de pós-graduação existentes então no país (mestrado acadêmico: 1733; mestrado profissional: 119; doutorado: 997). Ainda que o Projeto Norte tenha representado um alento, a demanda continua reprimida: em vários programas os exames de seleção de novos alunos evidenciam uma disputa por vaga característica dos cursos mais concorridos da graduação. Não raras vezes registram-se mais de 10 candidatos por vaga, particularmente nos programas mais consolidados.

Uma análise simples desse conjunto de programas de pós-graduação evidencia: 1) a distribuição na região é desigual; 2) várias áreas do conhecimento não são atendidas; 3) várias áreas de destaque e com alta demanda são oferecidas por meio de um número reduzido de programas (exemplos: Zoologia, Botânica, Biotecnologia, Agronomia; Ciências Florestais, Meio Ambiente); 4) há condições básicas em várias IES para a expansão do conjunto de programas. Muitos desses aspectos foram extensivamente estudados em várias reuniões apoiadas pela CAPES por meio das quais foram avaliados mecanismos de apoio para reversão desse quadro, sem perder de vista que a qualidade é o critério fundamental que deve nortear as atividades que caracterizam a pós-graduação brasileira.

O programa Acelera Amazônia/Capes foi concebido nesse bojo com três perspectivas fundamentais: 1) a curva histórica de expansão da pós-graduação na Amazônia precisa ser modificada de tal forma a ter uma aceleração maior; 2) a capacitação de pessoal da região nas IES da região deve ser estimulada; 3) a cooperação interinstitucional envolvendo programas consolidados de outras regiões deve ser apoiada, por meio de programas de mobilidade docente e discente. O Programa prevê, ainda, ações de vários atores para a fixação de pessoal qualificado na região, bem como ações para agregação de pessoal qualificado em grupos emergentes que já reúnem as condições básicas para a construção de um programa de mestrado.

O resultado das ações nos vários níveis começa a ser percebido. A análise das propostas de cursos novos de mestrado e doutorado, apresentadas por meio do APCN (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos) revela isso. Após sua implantação em 2004 foram enviadas para análise 55 propostas de cursos novos por IES da Amazônia. Destas, 18 foram aprovadas para o

nível de mestrado, e cinco para o nível de doutorado, o que representa um crescimento de 25% para os programas de mestrado e 33% para os programas de doutorado. A condição fundamental para que essas propostas tenham sido aprovadas é a existência de grupos de pesquisas atuantes com produção técnico-científica relevante em suas respectivas áreas, o que significa que se amplia também a capacidade de gerar informações sobre a região. As 37 propostas não aprovadas neste momento também trazem uma mensagem importante. Elas evidenciam a existência de grupos que estão se organizando e que precisam rapidamente de apoio para que o esforço para constituir esses grupos iniciais não seja perdido.

A análise da distribuição desses novos programas de pós-graduação revela dois aspectos interessantes. O primeiro refere-se à distribuição geográfica deles. Com a aprovação da proposta apresentada pela Universidade Federal do Amapá, com apoio do programa Acelera-Amazônia/Capes, todos os estados da região passam a ter pelo menos um programa de mestrado, sendo que novos programas de doutorado também foram aprovados para instituições novas, como é o caso do Doutorado em Biologia Experimental da Universidade Federal de Rondônia e o Doutorado em Medicina Tropical da Universidade Estadual do Amazonas. O segundo refere-se à aprovação de propostas apresentadas por Instituições privadas, como é o caso do Mestrado em Biologia Urbana do Centro Universitário Nilton Lins. Neste caso, é interessante ressaltar o envolvimento de Instituições privadas na fixação de pessoal qualificado na região, o que pode ser uma importante alternativa para o processo de fixação de quadros na região.

Enfim, há um longo caminho a trilhar até que de fato tenhamos sinais evidentes de redução das desigualdades regionais. Entretanto, o momento é particularmente importante e deve receber todo o cuidado possível, quer seja para a consolidação dos novos programas aprovados por meio da cooperação com programas consolidados, quer seja pelo envolvimento das diferentes instâncias decisórias do país na concepção e execução de um verdadeiro programa de fixação de recursos humanos na Amazônia.